

Partidos moçambicanos aceitam ante-projecto da futura Lei Eleitoral

Séc Jb 2/8/93

** Renamo não quer ter a responsabilidade
por um possível atraso na data das eleições*

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, aceitou que o seu movimento volte de imediato à reunião consultiva entre o Governo e os partidos sobre o ante-projecto de Lei Eleitoral, indicou o representante do secretário-geral da ONU em Moçambique, Aldo Ajello.

A Resistência Moçambicana abandonara quinta-feira a primeira reunião de consulta e debate do ante-projecto, após uma intervenção de José de Castro, chefe do Departamento de Relações Exteriores da Renamo.

Este dirigente do movimento de Afonso Dhlakama condenou violentamente 25 artigos do ante-projecto elaborado pelo Governo da Frelimo, não obstante os apelos de vários dignitários presentes na sala.

Ajello, que nas primeiras horas de sexta-feira teve um contacto telefónico com o líder da Renamo, declarou que Afonso Dhlakama assegurou também que a sua organização «aceita como base o texto do Governo» do ante-projecto de Lei Eleitoral.

José de Castro indicara que a equi-

pa da Renamo «não está em condições de continuar as discussões» na base do presente ante-projecto do Governo de Maputo.

Pediu a Ajello para nomear um colectivo com o Governo, a Renamo e os restantes partidos, para redigir uma Lei Eleitoral e assessorados por especialistas internacionais especializados.

O representante da ONU, que falava em Maputo num «briefing» para a Comunicação Social, contactou na manhã de sexta-feira o ministro da Justiça, Ussumane Aly Dauto, para ver se era «tecnicamente possível» reiniciar a reunião ainda naquele dia, ou o mais tardar no dia seguinte.

Face ao boicote da Renamo, Aly Dauto suspendera a reunião de consulta e debate quinta-feira, marcando o seu reinício para hoje, segunda-feira.

«Dhlakama está fortemente convencido de que o trabalho tem de ter continuação imediatamente» — declarou Ajello, acrescentando que a Renamo «não

Moçambique prepara legislação eleitoral

(cont. da 1.ª pag.)

quer ter a responsabilidade por um possível atraso da data das eleições gerais em Moçambique».

Numa Resolução no começo de Julho, o Conselho de Segurança da ONU indicou que as eleições em Moçambique deviam ter lugar o mais tardar até Outubro de 1994.

«É óbvio que se tivéssemos de reescrever o projecto de lei, teríamos de adiar as eleições», afirmou Ajello adiantando que a regis-

tarem-se novos atrasos «terei de informar o Conselho de Segurança», identificando as responsabilidades.

Ajello sublinhou que o documento lido por José de Castro na reunião de quinta-feira «data de algum tempo (Maio) e talvez não tenha sido actualizado».

O representante do secretário-geral da ONU revelou que vai apresentar a 18 de Agosto um relatório às Nações Unidas informando-o do «nível a que está o processo de paz em Moçambique».